

AVALIANDO A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE VIS-A-VIS O BRASILEIRO, ENTRE 2000 E 2012

Felipe Macedo de Holanda¹
Vicente Anchieta Júnior²

RESUMO: O presente estudo busca apreender como o mercado de trabalho maranhense respondeu ao maior dinamismo econômico observado na década de 2000, e que avanços e retrocessos podem ser observados nas diversas variáveis do mercado de trabalho, em contraposição ao plano nacional. Tendo em vista a constatação de que as condições do mercado de trabalho maranhense se caracterizam por grande heterogeneidade, em face da diferenciação nas estruturas ocupacional e de rendimentos ainda maior do que a verificada no mercado de trabalho nacional, o problema a ser respondido é se o maior ritmo de crescimento econômico, na década de 2000, foi suficiente para melhorar os vários indicadores que caracterizam as condições do mercado de trabalho estadual, em ritmo superior ao da média do país, e se as modificações recentes no mercado de trabalho maranhense indicam que está em curso um processo de convergência para as médias observadas no plano nacional.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Mercado de Trabalho. Economia Maranhense.

1. INTRODUÇÃO

A década de 2000 foi caracterizada por um processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro, o qual se traduziu na redução da taxa de desemprego e no aumento da formalização da força de trabalho ocupada. Uma combinação de fatores externos e internos deu suporte ao citado processo de reestruturação. No *front* externo, em um contexto de expansão da liquidez internacional, destacou-se o vertiginoso ciclo de industrialização chinês, que impactou os mercados de *commodities* agrícolas e minerais, levando a uma expressiva valorização real dos termos de troca.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e doutorando no programa de Pós Graduação em Políticas Públicas na mesma Universidade; Atual Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC/SEPLAN). E-mail: felipedeholanda@bol.com.br.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e bolsista na área de Conjuntura Econômica do IMESC. E-mail: junioranchieta20@gmail.com.

No *front* doméstico, em um cenário de estabilidade inflacionária e taxas de juros reais decrescentes, ressalta-se a elevação real do salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda, o crescimento do crédito público e privado em várias modalidades (imobiliário, ao consumo e, também, às empresas, com destaque para o papel das agências públicas de fomento, tais como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), fatores que deram suporte a um ciclo de crescimento do PIB per capita à taxa média de 3,6% a.a. no período 2000 a 2010, em contraposição à média de 2,6% a.a. do indicador na década anterior. Apesar do acelerado crescimento das exportações líquidas e do consumo doméstico, o investimento agregado registrou um menor dinamismo, com sua participação no PIB oscilando no intervalo de 15 a 20% ao longo da década.

O mercado de trabalho brasileiro reagiu muito favoravelmente ao cenário de maior expansão da demanda agregada. Na década de 2000, foram gerados 16,1 milhões de empregos formais, os quais se constituíram em 77,9% das modalidades de recrutamento. No que se relaciona ao setor industrial, na década de 2000 foram gerados 1,84 milhões de empregos formais, com o fechamento de cerca de 400 mil postos de trabalho informais (CENSO 2010).

Assim, o processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 foi caracterizado pela expansão acelerada dos empregos assalariados, com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro e sem remuneração, o que se traduziu na incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa ao Estatuto do Trabalho³ brasileiro.

No Maranhão, a dinâmica econômica na década passada esteve associada diretamente ao *boom* das exportações de *commodities* agrícolas e minerais. Em 2001, as exportações maranhenses somaram US\$ 544 milhões, alcançando em 2010 o valor de US\$ 2,9 bilhões. A forte vinculação ao setor externo beneficiou o setor exportador no estado, que se constitui de poucas, mas grandes empresas, concentradas espacialmente na capital (Vale e ALUMAR são as principais), além do agronegócio da soja e de outros grãos com presença marcante na Região Sul (Balsas) e também no Baixo Parnaíba (Chapadinha).

O crédito direcionado ao financiamento imobiliário e de bens de consumo duráveis também teve significativa influência como fonte geradora de dinamismo à economia do

³ Por Estatuto do Trabalho compreende-se “as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social” (POCHMANN 2006, p. 125).

Estado. Entre 2006 e 2010, a modalidade de crédito para aquisição de imóveis deu um salto, de R\$ 26 milhões para R\$ 305 milhões no período. Com isso, entre 2003 e 2010, a taxa média anual de crescimento da economia maranhense foi de 5,8%, acima da média nacional (4,6%).

O crescimento econômico não foi uniforme e deu margem à concentração do emprego formal na capital São Luís e nos municípios vizinhos, com ênfase nos setores líderes do ciclo expansivo: Construção Civil e Comércio. Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE), entre 2004 e 2010, o Maranhão gerou 266,2 mil postos de trabalho formais; destes, 163,6 mil concentraram-se nos quatro municípios da Ilha de São Luís, que abrigam juntos cerca de 20% da população do Estado.

O balanço realizado ao final da década de 2000, já considerando as repercussões da crise internacional de 2008/2009 e a desaceleração do crescimento econômico nacional a partir de 2011, apontava para um menor ritmo de geração de empregos, porém com a expectativa de ampliação da formalização das relações de assalariamento.

No caso do estado do Maranhão, onde o atraso relativo ao plano nacional é evidente, os efeitos tendem a serem sentidos com maior intensidade, dada a estrutura econômica especializada na produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais com pouco valor agregado e diminuto grau de encadeamento na estrutura produtiva. O problema relaciona-se ao padrão de crescimento da economia maranhense, intensivo em recursos naturais e energia e pouco capaz de gerar empregos, principalmente, no setor industrial.

Neste sentido, cabe investigar de que forma e em que grau há maior vulnerabilidade da economia maranhense ao ciclo externo e como as especificidades no perfil de sua força de trabalho e nos arranjos institucionais relacionados deverão condicionar os ajustes do mercado de trabalho estadual no descenso cíclico em andamento. A investigação das características da ocupação e do mercado formal de trabalho no estado realizada nas seções, sempre em comparação com o observado no plano nacional, pode fornecer importantes pistas para tais indagações.

2. METODOLOGIA

O objetivo do presente trabalho é comparar a dinâmica do mercado de trabalho maranhense em contraposição ao mercado de trabalho nacional, durante a década dos anos

2000, quando o crescimento no Estado superou a média de crescimento nacional. As fontes de dados utilizadas são o Censo Populacional (2000 e 2010), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação aos Censos, o estudo faz uma análise da população ocupada por posição na ocupação, seção de atividade econômica, gênero e escolaridade, sempre comparando o desempenho maranhense com o restante do país. Em relação à RAIS, o estudo faz uma análise da evolução do emprego formal e do salário médio pago ao trabalhador formal no Maranhão e no Brasil. Por fim, com base em dados das Contas Nacionais, calculou-se, por setor de atividade econômica, a elasticidade da ocupação e do emprego formal em relação ao produto, como forma de avaliar os setores mais dinâmicos em termos de geração de empregos.

3. ANÁLISE DA DINÂMICA OCUPACIONAL BRASILEIRA E MARANHENSE NO PERÍODO 2000 A 2012

Avaliando a dinâmica ocupacional, a **Tabela 1** indica que o dinamismo maior da economia maranhense, comparado ao plano nacional, não se traduziu em uma maior expansão da ocupação. Enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,78%, no Estado a taxa anual não foi além de 1,76%. Tanto no plano estadual como no nacional houve recuo na *taxa de desocupação*, porém no Maranhão esse foi menos significativo: a *taxa de desocupação* nacional recuou de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto que no Maranhão o indicador registrou redução menor, de 11,8% para 8,7%, invertendo-se, por conseguinte, a posição relativa: apesar do maior dinamismo da economia maranhense no período, ao final da década, a taxa de desemprego, no Estado, era maior que a média brasileira.

É interessante contrastar as mudanças na estrutura ocupacional entre os dois anos censitários. Nos dois planos (Maranhão e Brasil), houve um forte crescimento do emprego formal e, no caso do Maranhão, o indicador registrou expansão anual da ordem de 8,0%, comparado a 5,0% no plano nacional. Não obstante, no que se refere aos trabalhadores sem carteira assinada, o dinamismo do indicador no Estado também foi muito superior ao nacional (4,0% versus 0,8%). Apesar disso, como observado, o ritmo de crescimento da população ocupada no Estado foi menor. A resposta para tal comportamento passa pelo

exame da dinâmica do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado e do trabalho para próprio consumo.

Tabela 1. Maranhão e Brasil: Variáveis e indicadores selecionados de população e mercado de trabalho e taxa de crescimento geométrico na década de 2000

Indicadores	MARANHÃO			BRASIL		
	2000	2010	% a.a.	2000	2010	% a.a.
PEA	2.170.684	2.585.063	1,76	77.467.473	93.504.659	1,90
PEA Efetiva¹	1.773.592	2.215.537	2,25	72.825.799	88.559.529	1,98
População Ocupada	1.914.040	2.361.389	2,12	65.629.892	86.353.839	2,78
População Desocupada	256.644	223.674	-1,37	11.837.581	7.150.820	-4,92
Taxa de Desocupação	11,8	8,7	-3,07	15,3	7,6	-6,69
Empregados	809.365	1.322.418	5,03	43.694.129	61.176.567	3,42
Com carteira assinada	236.969	510.996	7,99	23.929.433	39.107.321	5,03
Sem carteira assinada	452.962	672.150	4,03	16.071.534	17.418.119	0,81
Militares e funcionários públicos	119.434	139.272	1,55	3.693.162	4.651.127	2,33
Trabalhador por conta própria	683.376	648.264	-0,53	15.396.247	18.529.011	1,87
Empregadores	24.207	21.180	-1,33	1.897.842	1.703.130	-1,08
Trabalhador não-remunerado	179.296	77.816	-8,01	2.608.533	1.485.492	-5,47
Trabalhador para consumo próprio	217.796	291.711	2,97	2.033.141	3.459.638	5,46
Taxa de informalidade² (%)	68,7	59,2	-1,48	51,9	43,3	-1,79
Taxa de precarização³ (%)	51,6	36,7	-3,33	38,5	29,1	-2,78

¹PEA, exceto trabalhadores não remunerados e trabalhadores para consumo próprio

²Empregados sem carteira assinada + Conta própria + Não remunerado / Total ocupado

³Conta própria + Não remunerados + Desempregados / Total Ocupado.

Fonte: IBGE.

O trabalho por conta própria representava 35,7% do total de ocupados, no Maranhão, em 2000⁴. O peso desse tipo de ocupação, no Estado, caiu para 27,5% em 2010. Nesse mesmo período, em nível nacional, a participação do trabalho por conta própria reduziu-se de 23,5% para 21,5%. Ressalta-se que, durante a década, o contingente ocupado em atividades por conta própria cresceu no plano nacional, enquanto que no Estado se reduziu. Uma possível explicação para o ocorrido requer uma observação sobre o perfil da população ocupada por situação de domicílio (**Tabela 2**).

Percebe-se o forte incremento da população ocupada em áreas urbanas (3,6% ao ano), no Estado; este contingente representava em 2000 57,7% do total de ocupados, alcançando em 2010 o patamar de 66,5%. No plano nacional, em 2000, a população ocupada em áreas urbanas já representava 81,5% do total da ocupação, passando para 85,6% em 2010. Em contraposição, o recuo no Estado da população ocupada nas áreas rurais foi de 0,2% ao ano

⁴ O IBGE considera *Conta-própria* à pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não remunerado.

(809,5 mil para 791,3 mil), enquanto que em nível nacional, houve crescimento de 0,2% ao ano (12,1 milhões para 12,4 milhões).

Tabela 2. Maranhão: população ocupada por posição na ocupação, segundo situação de domicílio (em %), e taxa de crescimento geométrico – 2000 a 2010

Posição na Ocupação	2000		2010		Variação Urbano (% a.a.)	Variação Rural (% a.a.)
	Urbano	Rural	Urbano	Rural		
M Total	1.104.509	809.531	1.570.057	791.332	3,6	-0,2
A Empregados	58,0	20,8	66,3	35,7	5,0	5,3
Com carteira de trabalho assinada	18,2	4,4	27,3	10,4	7,9	8,6
Militares e funcionários públicos estatutários	8,9	2,6	7,4	2,9	1,7	0,9
Outros sem carteira de trabalho assinada	30,9	13,8	31,5	22,4	3,8	4,7
N Empregadores	1,9	0,4	1,2	0,3	-1,1	-2,9
H Não remunerados	3,7	17,0	2,1	5,7	1,6	-3,2
Ã Conta própria	31,4	41,6	25,8	30,8	-2,4	-10,5
O Na produção para o próprio consumo	5,0	20,1	4,7	27,5	3,1	2,9
Total	53.476.913	12.152.979	73.943.584	12.410.256	3,3	0,2
B Empregados	72,6	40,1	75,4	43,7	3,7	1,1
Com carteira de trabalho assinada	41,4	14,9	49,7	18,7	5,2	2,5
Militares e funcionários públicos estatutários	3,1	2,2	5,9	2,1	10,4	-0,1
Outros sem carteira de trabalho assinada	24,8	23,0	19,7	22,8	0,9	0,1
S Empregadores	3,3	0,9	2,2	0,5	-0,9	-5,2
I Não remunerados	1,4	15,3	1,2	4,7	1,8	-10,8
L Conta própria	21,9	30,5	19,9	30,5	2,4	0,2
Na produção para o próprio consumo	0,8	13,2	1,2	20,6	7,9	4,7

Fonte: IBGE

Os dados indicam que, entre 2000 e 2010, o trabalho de subsistência tornou-se predominante nas atividades ligadas à agricultura, pecuária e pesca. O crescimento tímido do emprego com carteira assinada, nessas atividades, esteve relacionado à expansão da agricultura mecanizada e extrativismo vegetal.

Pode-se observar, na **Tabela 3**, a evolução da estrutura de ocupações por seções de atividade econômica, segundo a posição na ocupação. Em 2000, as atividades relacionadas à agricultura e pesca ocupavam 853 mil maranhenses, sendo que 754,2 mil eram trabalhadores por conta própria (44,5%), não remunerados (18,4%) ou para o próprio consumo (25,5%). Em 2010, a população ocupada nessas atividades reduziu-se a 751,6 mil, com o trabalho por conta própria compreendendo 36%, o não remunerado 4,5% e o para o próprio consumo 38,8% do total.

O trabalho por conta própria também perdeu participação nas atividades predominantemente urbanas. Nas atividades da Construção recuaram de 35,7% para 30,5%; no Comércio, de 44,8% para 38,1%; nos Serviços de Alojamento e Alimentação, de 59,9% para 36,6% e mesmo nas atividades mal definidas ou mal especificadas, de 43,4% para 23,1%. A hipótese levantada é que Construção Civil, Comércio e Serviços

foram aqueles setores que incorporaram força de trabalho sob o regime assalariado com mais facilidade.

Tabela 3. Maranhão: população ocupada por seção de atividade (total), segundo a posição na ocupação (em %) – 2000 e 2010

Seção de Atividade	Total	Com carteira assinada*	Sem carteira assinada	Empregados	Conta própria	Não remunerados	Próprio consumo
Total Ocupado 2000	1.914.040	356.404	452.963	24.208	683.376	179.296	217.797
Agricultura, pecuária, silvicultura	804.687	4,3	16,2	14,1	51,1	86,1	95,9
Pesca	48.313	0,2	1,3	1,6	4,4	1,5	4,1
Indústria extrativa	4.542	0,6	0,2	-	0,2	-	-
Indústria de transformação	116.354	7,6	8,3	13,7	6,3	2,9	-
Produção e distrib de eletricidade	6.412	1,5	0,3	-	-	-	-
Construção	96.245	6,3	8,3	4,4	5,0	0,6	-
Comércio, reparação de veículos	240.306	12,6	15,1	39,5	15,8	5,4	-
Alojamento e alimentação	71.293	1,8	3,5	8,5	6,2	2,3	-
Transporte, armazenagem	64.788	5,5	3,8	3,7	3,9	0,3	-
Intermediação financeira	6.386	1,3	0,3	0,1	0,1	-	-
Atividades imobiliárias, aluguéis	51.906	5,2	3,3	5,8	2,5	0,1	-
Administração pública, defesa	80.493	17,9	3,7	-	-	-	-
Educação	117.473	22,7	7,2	1,0	0,5	0,2	-
Saúde e serviços sociais	30.617	5,8	1,8	2,7	0,2	-	-
Outros serviços coletivos, sociais	46.730	2,8	3,6	3,7	2,8	0,3	-
Serviços domésticos	112.013	2,8	22,5	-	-	-	-
Organismos internacionais	-	-	-	-	-	-	-
Atividades mal especificadas	15.482	1,3	0,7	1,1	1,0	0,4	-
Total Ocupado 2010	2.361.389	650.268	672.150	21.180	648.264	77.816	291.711
Agricultura, pecuária, pesca	751.678	5,2	17,8	11,3	41,7	43,0	100,0
Indústrias extrativas	10.453	1,1	0,3	0,2	0,2	-	-
Indústrias de transformação	115.636	6,5	4,6	7,6	5,9	3,7	-
Eletricidade e gás	4.908	0,7	-	-	-	-	-
Água, esgoto, gestão de resíduos	10.479	0,9	0,6	-	0,1	0,1	-
Construção	189.559	10,5	9,1	4,7	8,9	1,9	-
Comércio; reparação de veículos	380.332	16,9	15,4	44,1	22,3	16,6	-
Transporte, armazenagem	77.645	4,0	2,7	2,0	5,0	0,3	-
Alojamento e alimentação	56.306	2,0	2,8	5,5	3,2	3,2	-
Informação e comunicação	10.843	0,9	0,4	1,3	0,3	0,1	-
Atividades financeiras, seguros	13.530	1,3	0,5	0,7	0,2	0,1	-
Atividades imobiliárias	4.479	0,2	0,2	0,6	0,3	-	-
Atividades profissionais	35.230	2,3	1,3	5,2	1,7	0,4	-
Atividades administrativas	47.352	4,3	2,2	1,6	0,6	0,6	-
Administração pública, defesa	117.670	12,3	5,4	0,6	0,1	0,3	-
Educação	158.883	14,9	8,3	2,1	0,8	1,0	-
Saúde humana e serviços sociais	66.859	6,6	3,0	2,8	0,4	0,3	-
Artes, cultura, esporte	11.150	0,4	0,7	0,9	0,6	0,3	-
Outras atividades de serviços	47.775	0,9	2,1	2,5	4,0	1,5	-
Serviços domésticos	148.862	2,9	19,4	-	-	-	-
Organismos internacionais	77	-	-	-	-	-	-
Atividades maldefinidas	101.683	5,3	3,2	6,2	3,6	26,6	-

Fonte: IBGE *Inclui militares e funcionários públicos estatutários.

Em termos do grau de qualificação da força de trabalho, uma avaliação preliminar pode ser feita por meio da análise do nível de instrução da população ocupada. Conforme se pode observar na **Tabela 4**, o nível de instrução da população ocupada cresceu no Maranhão, na década em destaque, assim como no plano nacional. Nesse aspecto, uma observação se faz necessária: há muito ainda a avançar no Estado. O contingente de trabalhadores ocupados com escolaridade até o fundamental incompleto atingia 50,4% em

2010, enquanto que em nível nacional esse grupo perfazia 38,5%. Em relação ao segmento com médio completo em diante que alcançou em 2010, no Estado, o patamar de 33,1%, na média brasileira este contingente atingia 43,4%.

Tabela 4. Maranhão e Brasil: população ocupada por nível de instrução – 2000 e 2010

Nível de instrução	2000	% do total	2010	% do total
Maranhão	1.914.040	100,0	2.361.389	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	1.373.391	71,8	1.189.976	50,4
Fundamental completo e médio incompleto	196.606	10,3	378.338	16,0
Médio completo e superior incompleto	281.849	14,7	624.558	26,4
Superior completo	36.820	1,9	158.972	6,7
Não determinado	25.374	1,3	9.545	0,4
Brasil	65.629.893	100,0	86.353.839	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	35.324.107	53,8	33.204.553	38,5
Fundamental completo e médio incompleto	10.826.221	16,5	15.347.913	17,8
Médio completo e superior incompleto	14.128.504	21,5	26.482.072	30,7
Superior completo	4.745.100	7,2	10.940.303	12,7
Não determinado	605.961	0,9	378.998	0,4

Fonte: IBGE.

Cabe também uma análise da participação feminina no mercado de trabalho, haja vista a crescente participação das mulheres na atividade econômica, tendência que se intensificou com o acelerado processo de urbanização e com as mudanças no papel social da mulher, favorecida pelo maior nível médio de escolaridade em relação aos homens.

No plano nacional, entre 2000 e 2010, as mulheres ampliaram sua participação na PEA de 39,9% para 43,5% e, na População Ocupada, de 37,7% para 42,3%. No Maranhão, o movimento foi semelhante: de 36% para 41% da PEA e de 33,8% para 39,6% na População Ocupada. Porém, quando se examina a *forma* de inserção da mulher maranhense no mercado de trabalho, o comportamento estadual destoa do nacional.

Analisando dos dados da **Tabela 5**, é possível observar que no plano nacional, o percentual de mulheres assalariadas pouco se alterou na década, (73,5% em 2000 para 74,6% em 2010); contudo, é perceptível uma nítida substituição do trabalho sem carteira assinada (de 28,3% para 23,3%) pelo trabalho com carteira assinada (37,4% para 44,2%). Entre os homens, o trabalho assalariado passou de 62,4% para 68,1% do total, no período, com redução do emprego sem carteira (22,2% e 17,9%) e ampliação do emprego formal (35,9% para 46,1%).

Ao analisar especificamente o Maranhão, percebe-se que o crescimento do trabalho assalariado entre as mulheres (de 53,5% em 2000 para 60,5% em 2010) ocorreu concomitantemente à ampliação da participação do trabalho desregulamentado. Enquanto em 2000, de cada 100 mulheres maranhenses ocupadas, 29 eram assalariadas sem carteira

assinada, em 2010, aquela parcela passou para 33. Esse comportamento também foi verificado quanto aos homens, em 2000 para cada 100 homens ocupados, em média, 21 eram assalariados sem carteira assinada, em 2010, passou para 25.

Tabela 5. Maranhão e Brasil: População ocupada por gênero, segundo a posição na ocupação (em%): 2000 e 2010

Ano	Posição na Ocupação	MARANHÃO		BRASIL	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Total	1.266.266	647.774	40.860.097	24.769.796
	Empregados	36,6	53,5	62,4	73,5
2	Com carteira assinada	12,0	13,2	35,9	37,4
0	Militares e funcionários públicos	3,7	11,2	4,3	7,9
0	Sem carteira assinada	20,9	29,1	22,2	28,3
0	Empregadores	1,5	0,9	3,5	2,0
	Conta própria	40,9	25,6	27,7	16,5
	Não remunerados	8,2	11,7	3,1	5,5
	Na produção para o próprio consumo	13,0	8,3	3,4	2,5
	Total	1.426.277	935.112	49.823.312	36.530.527
	Empregados	53,1	60,5	68,1	74,6
2	Com carteira assinada	23,7	18,4	46,1	44,2
0	Militares e funcionários públicos	3,8	9,1	4,1	7,1
1	Sem carteira assinada	25,5	33,0	17,9	23,3
0	Empregadores	1,0	0,7	2,3	1,5
	Conta própria	30,8	22,3	24,5	17,2
	Não remunerados	2,3	4,8	1,1	2,5
	Na produção para o próprio consumo	12,8	11,7	3,9	4,1

Fonte: IBGE.

O peso do emprego formal entre os homens avançou mais rapidamente do que entre as mulheres no Maranhão. Entre eles, o emprego com carteira, que abarcava 12% do total de ocupados em 2000, alcançou 23,7% em 2010, enquanto que entre as mulheres, o peso do emprego com carteira passou de 13,2% para 18,4%. Uma das causas principais para este resultado está no estilo do crescimento observado no período 2000 a 2012, cujos segmentos líderes no Maranhão foram a *Construção civil* e o *Comércio*, nos quais predomina o emprego masculino com – 58,8% no Comércio e 97,6% na Construção Civil (IBGE, 2010).

Restringindo-se a análise, a partir de agora, à dinâmica da ocupação formal, na **Tabela 6** é possível verificar entre os anos de 2002 e 2011 um maior dinamismo no Estado em relação ao plano nacional. A abertura dos dados fornece informações interessantes: em primeiro lugar, no que se refere ao peso das diversas atividades, se observa que no caso do maranhense a participação dos empregos formais na Indústria de Transformação, em 2011, (5,7%) correspondia a 1/3 do observado no plano nacional (17,5%), participação esta que

ainda se reduziu no período analisado, acompanhando, de certo modo, o ocorrido no plano nacional⁵.

Tabela 6. MARANHÃO E BRASIL: População ocupada formal por setor de atividade, participação no total por setor e variação anual – 2002 a 2011

Setor de atividade	Part (%) 2002	2002	2007	2011	Part (%) 2011	2002-11 (% a.a.)
M Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	2,0	6.487	17.624	19.731	2,9	13,2
A Extrativa Mineral	0,2	590	812	1.859	0,3	13,6
R Indústria de Transformação	6,5	21.322	33.186	38.472	5,7	6,8
A Construção Civil	4,6	15.257	28.906	60.863	9,0	16,6
N SIUP*	1,7	5.602	5.946	6.577	1,0	1,8
H Comércio	15,5	51.045	86.457	127.083	18,8	10,7
Ã Administração Pública	44,7	147.440	197.697	259.342	38,4	6,5
O Serviços	24,9	82.192	112.310	161.347	23,9	7,8
Total	100,0	329.935	482.938	675.274	100,0	8,3
B Agropecuária, Extração	4,0	1.138.235	1.382.070	1.483.790	3,2	3,0
B Extrativa Mineral	0,4	122.801	185.444	231.389	0,5	7,3
R Indústria de Transformação	18,2	5.209.774	7.082.167	8.113.805	17,5	5,0
A Construção Civil	3,9	1.106.350	1.617.989	2.750.173	5,9	10,6
S SIUP*	1,1	310.366	364.667	412.741	0,9	3,2
S Comércio	16,8	4.826.533	6.840.915	8.842.677	19,1	7,0
I Administração Pública	23,7	6.787.302	8.198.396	9.103.601	19,7	3,3
L Serviços	32,0	9.182.552	11.935.782	15.372.455	33,2	5,9
Total	100,0	28.683.913	37.607.430	46.310.631	96,8	5,5
M Extrativa Mineral	-	0,48	0,44	0,80	-	-
A Indústria de Transformação	-	0,41	0,47	0,47	-	-
/ SIUP*	-	1,80	1,63	1,59	-	-
Construção Civil	-	1,38	1,79	2,21	-	-
B Comércio	-	1,06	1,26	1,44	-	-
R Serviços	-	0,90	0,94	1,05	-	-
Administração Pública	-	2,17	2,41	2,85	-	-
(Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	-	0,57	1,28	1,33	-	-
Total	-	1,15	1,28	1,46	-	-

Fonte: RAIS/MTE *Serviços Industriais de Utilidade Pública

A Indústria Metalúrgica, o principal segmento da Indústria de Transformação maranhense, perdeu participação no emprego formal (de 1,4% para 0,9% do total). O peso na composição do emprego formal das chamadas atividades *core* (*Metalúrgica, Mecânica e Química*), que era de 2,0% em 2002, variou para 2,1% em 2011. Esta se constitui uma das principais razões do baixo dinamismo do emprego no estado do Maranhão – uma estrutura industrial com baixa diversificação, que se traduz, por exemplo, em reduzidos *linkages* – encadeamentos para frente e para trás.

⁵ A perda da participação relativa da população ocupada na indústria em relação ao total é um fenômeno típico de sociedades capitalistas avançadas. No Brasil, entretanto, a rapidez registrada na redução do emprego industrial indica a influência de fatores conjunturais tais como a valorização cambial e os problemas sistêmicos de competitividade, como, por exemplo, os problemas logísticos, a elevada carga tributária sobre a folha de salários e o elevado custo dos financiamentos no mercado doméstico. No plano estadual, comparativamente ao plano nacional, o peso da ocupação formal industrial é reduzido e seu decréscimo, no período analisado, somente corrobora como fraco dinamismo endógeno da economia maranhense.

O emprego formal no Comércio Maranhense, no período analisado, avançou 10,7% ao ano, superior a média nacional, que foi de 7% ao ano. No que se refere ao comportamento do emprego formal por subsetores, o emprego formal no *Comércio varejista*, no Estado, cresceu em média a 12,3% ao ano, enquanto que no *Comércio atacadista* a expansão foi ainda maior (16,5% ao ano). Assim, o peso na composição do emprego formal no *Comércio* também cresceu de 15,5% para 18,8%. Esse setor foi beneficiado, tanto no plano estadual quanto nacional, pelo ganho de renda dos brasileiros na década de 2000, proporcionado pela manutenção da estabilidade monetária, pelo avanço real no salário mínimo (com seus efeitos encadeados sobre a massa real de salários brasileira e maranhense), pelas transferências diretas de renda (que dinamizaram o comércio, sobretudo nas pequenas e médias cidades) e pela expansão do crédito (consignado ou direcionado à aquisição de imóveis e bens de consumo duráveis).

Outro setor que foi beneficiado pelo crescimento da renda foi a *Construção Civil*. Tanto no plano nacional como no estadual, pois o avanço do emprego formal nesse setor foi significativo: 10,6% ao ano e 16,6% ao ano, respectivamente. No caso do Maranhão, a *Construção Civil* foi favorecida por um verdadeiro *boom* imobiliário na capital: para dar uma dimensão do fenômeno, ressalta-se que em 2002, não menos que 78,5% dos empregos do setor concentravam-se nos quatro municípios da Ilha de São Luís. Esse índice alcançou 87,5% em 2006, reduzindo-se somente a partir de 2009, com a crise internacional que atingiu “em cheio” a economia maranhense.

Convém destacar o menor peso relativo do segmento *Serviços*, que no Estado correspondeu, em 2011, a 23,9% dos empregos formais, enquanto que no plano nacional apresentou 33,2%. Estruturalmente se atribui esta composição à menor taxa de urbanização no Maranhão, uma vez que o setor de *Serviços* tende a ser mais desenvolvido quanto maior for a concentração da população em áreas urbanas. A taxa de expansão do setor no Estado (7,8% ao ano) no período, foi muito superior à média brasileira (5,9% ao ano)⁶, porém. Os vínculos formais no subsetor *Serviços Administrativos, Técnicos e Profissionais* registraram crescimento de 12,8% a.a., passando de 5,9% em 2002 para 7,1% do total em 2011, tornando este o principal segmento no setor *Serviços*. Em geral, são atividades que exigem a prestação de serviços técnicos com certa qualificação e sua expansão pode estar

⁶ Como se vê, a perda de participação relativa do setor *Serviços*, no Maranhão, não está ligada a uma falta de dinamismo “interno”, mas ao excepcional resultado do *Comércio* e da *Construção civil* no período analisado.

relacionada ao aumento da escolaridade da população maranhense, em especial o nível superior completo. No plano nacional, esses serviços representam 10,8% do total de vínculos formais. No subsetor *Alojamento e Alimentação*, a expansão nos vínculos formais foi de 7,7% ao ano, abaixo da média estadual (8,3% ao ano), provendo assim a maior contribuição para a perda de participação relativa do setor de *Serviços* no total de ocupados formais, uma vez que esse segmento era o mais importante dentro dos *Serviços* em 2002.

Observa-se ainda a maior importância relativa do emprego público no Estado (38,4%, contra 19,7% na média do país), um dado que também indica uma menor diversificação da estrutura produtiva.

Por fim, ainda sobre a **Tabela 6**, vale observar a dinâmica da participação do emprego formal do Estado no total do país, que segue uma tendência ascendente no período, com exceção do ano de 2009 – o que mostra a maior vulnerabilidade do emprego formal no Estado, em relação às crises internacionais. Comparado ao peso da população do Estado em relação ao total do país – 3,4% (dados do Censo 2010) – em nenhum dos agrupamentos de atividades analisados a participação do emprego formal no Estado atinge a proporção de sua população, no agregado nacional. Os agrupamentos que chegaram mais próximos em 2011 à aludida proporção são a *Administração pública* (2,85%) e *Construção civil* (2,21%), ao passo que, aqueles que mais se distanciam – novamente corroborando o caráter especializado e reflexo da economia maranhense – foram os agrupamentos da *Indústria de transformação* (0,47%), *Extrativa mineral* (0,80%) e *Serviços* (1,05%).

O número de vínculos formais de emprego no Maranhão, em 2011, representava 1,46% do estoque total de vínculos formais do país, o que pode ser considerado um avanço, uma vez que em 2002 esse percentual estava em 1,15%. Na **Tabela 7**, pode-se ver a composição do fluxo de abertura líquida de vagas de emprego formal, desagregadas segundo o setor de atividade econômica, no período 2002 a 2011. Observa-se que há espaço para avanço ainda maior, uma vez que, no período analisado, o Estado respondeu por 2% da abertura de vagas de emprego formal no país.

Tabela 7. BRASIL E MARANHÃO: Abertura líquida de vagas de emprego formal, por setor de atividade econômica, e relação Maranhão/Brasil (em%): 2002 a 2011.

Setor de Atividade	BRASIL	% do total	MARANHÃO	% do total	MA/BR
Extrativa Mineral	108.588	0,6	1.269	0,4	1,2
Indústria de Transformação	2.904.031	16,5	17.150	5,0	0,6
Serviço Utilidade Pública	102.375	0,6	975	0,3	1,0
Construção Civil	1.643.823	9,3	45.606	13,2	2,8
Comércio	4.016.144	22,8	76.038	22,0	1,9
Serviços	6.189.903	35,1	79.155	22,9	1,3
Administração Pública	2.316.299	13,1	111.902	32,4	4,8
Agricultura	345.555	2,0	13.244	3,8	3,8
Total	17.626.718	100,0	345.339	100,0	2,0

Fonte: RAIS/MTE

Uma análise do nível de escolaridade dos empregados formais no Estado *vis a vis* o plano nacional é bastante interessante, sobretudo, se contrastada à escolaridade da população ocupada no Estado. Na **Tabela 8**, pode-se observar que enquanto na média brasileira 64,3% dos trabalhadores formais detinha, em 2011, pelo menos o ensino médio, no caso do Maranhão este percentual era maior: 74,2% dos trabalhadores formais detinham pelo menos o ensino médio completo.

Neste aspecto, o tema da discrepância de escolaridade aparece com destaque no estado do Maranhão, no qual – de acordo com os dados do Censo 2010 – aproximadamente 33,6% da população ocupada detinha mais de 10 anos de estudo (médio completo). Essa discrepância entre a escolaridade da população ocupada e as exigências do mercado formal de trabalho constitui-se em um incômodo indicador de exclusão social.

Tabela 8. MARANHÃO E BRASIL: escolaridade dos empregados formais - 2002 e 2011.

Grau de instrução	2002	% do total	2011	% do total
Maranhão	329.935	100,0	675.274	100,0
Sem instrução ou fundamental incompleto	79.990	24,2	82.259	12,2
Fundamental completo e médio incompleto	55.742	16,9	91.414	13,5
Médio completo e superior incompleto	168.337	51,0	396.617	58,7
Superior completo	25.866	7,8	104.984	15,5
Brasil	28.683.913	100,0	46.310.631	100,0
Sem instrução ou fundamental incompleto	8.410.570	29,3	7.170.525	15,5
Fundamental completo e médio incompleto	7.276.926	25,4	9.365.198	20,2
Médio completo e superior incompleto	9.325.477	32,5	21.916.987	47,3
Superior completo	3.670.940	12,8	7.857.921	17,0

Fonte: RAIS/MTE

No que tange à estrutura de remunerações do emprego formal, a relação entre a remuneração média real dos trabalhadores formalizados no Maranhão em comparação ao Brasil cresceu no período 2002 a 2011, acompanhando o maior dinamismo da geração de

empregos. Observa-se, na **Tabela 9**, que o indicador avançou de 69,7% em 2002 para 77,8% em 2011, sendo que sua taxa média de crescimento no subperíodo foi 3,6% a.a. – maior que no plano nacional (2,3% a.a.). Em sete dos oitos setores de atividade econômica, o avanço real na remuneração média foi maior no Estado em comparação ao plano nacional, no período 2002-2011.

Tabela 9. MARANHÃO E BRASIL: remuneração real* média do emprego formal, por setor de atividade econômica, crescimento anual e relação Maranhão/Brasil nos anos selecionados.

Região	Setor de atividade	2002	2007	2011	% a.a.
	Extrativa Mineral	691,3	1.509,3	1.715,5	10,6
M	Indústria de Transformação	975,8	1.163,2	1.245,9	2,8
A	SIUP	1.912,0	2.165,7	2.168,5	1,4
R	Construção Civil	794,9	1.090,0	1.289,3	5,5
A	Comércio	570,7	746,7	901,5	5,2
N	Serviços	927,6	1.121,6	1.300,3	3,8
H	Administração Pública	1.156,3	1.340,7	1.638,0	3,9
Ã	Agropecuária, Extração				
O	Vegetal, caça e Pesca	728,4	736,9	897,5	2,3
	Média	983,9	1.144,6	1.348,7	3,6
	Extrativa Mineral	2.244,7	3.736,0	3.973,6	6,6
	Indústria de Transformação	1.359,5	1.526,2	1.712,0	2,6
B	SIUP	2.715,2	2.910,7	3.051,4	1,3
R	Construção Civil	1.047,9	1.224,3	1.466,2	3,8
A	Comércio	882,9	1.010,4	1.150,6	3,0
S	Serviços	1.478,7	1.529,3	1.712,2	1,6
I	Administração Pública	1.844,3	2.141,1	2.436,6	3,1
L	Agropecuária, Extração				
	Vegetal, caça e Pesca	661,5	834,6	1.002,2	4,7
	Média	1.410,9	1.553,3	1.733,2	2,3
M	Extrativa Mineral	30,8	40,4	43,2	-
A	Indústria de Transformação	71,8	76,2	72,8	-
/	SIUP	70,4	74,4	71,1	-
	Construção Civil	75,9	89,0	87,9	-
B	Comércio	64,6	73,9	78,3	-
R	Serviços	62,7	73,3	75,9	-
	Administração Pública	62,7	62,6	67,2	-
(Agropecuária, Extração	110,1	88,3	89,6	-
%	Vegetal, caça e Pesca				
)	Média	69,7	73,7	77,8	-

Fonte: RAIS/MTE *Inflacionada pelo INPC (base: dez/11)

Por subsetores da *Indústria de transformação* maranhense, foi destaque o crescimento da remuneração média real nos segmentos da *Indústria de calçados* (7,6% a.a.), *Mecânica* (8% a.a.) e *Química* (8,1% a.a.). O subsetor de *Alimentos e bebidas*, que é o mais representativo em termos de ocupação (4% dos empregos formais no Estado) dentro do setor industrial, registrou variação tímida (1,7% a.a.). Por subsetores dos Serviços, as atividades *Ensino, Alojamento e Alimentação* foram as que registraram maior avanço médio na remuneração real (5,7% a.a. e 5,5% a.a., respectivamente).

Os subsetores que registraram maior dinamismo no período, no tocante à geração de empregos formais – *Comércio e Construção Civil* – são os que registraram o maior crescimento em termos de rendimentos. A título de exemplo, a remuneração real média do setor da *Construção civil* é, desde 2008, maior que a da *Indústria de transformação*⁷. Outro fator importante diz respeito à redução mais acentuada da taxa de precarização do mercado de trabalho maranhense em comparação com o plano nacional (ver **Tabela 1**), que se traduziu na elevação da capacidade de barganha dos trabalhadores no Estado.

A **Tabela 10** resume os indicadores do mercado de trabalho, tanto no plano nacional quanto no plano maranhense, referentes à relação entre o dinamismo econômico e a geração de ocupações e empregos formais, no período 2000 a 2010⁸. No caso do Maranhão, o menor dinamismo ocupacional se refletiu em uma *elasticidade-produto da ocupação* (variação percentual da população ocupada como resposta a uma unidade percentual de variação no PIB) significativamente baixa e menor que a do plano nacional. Quanto à *elasticidade-produto do emprego formal* (variação percentual do emprego formal em resposta a uma unidade percentual de variação no PIB), esta foi superior a um, porém menor que no plano nacional, observando-se que, o emprego formal detém um peso muito menor no Estado que na média nacional.

Tabela 10. MARANHÃO E BRASIL: taxa de variação anual no período 2000-2010 do PIB real, da população ocupada e do emprego formal e elasticidades calculadas para o período.

Indicador	Maranhão	Brasil
PIB Real	5,03	3,63
Pop Ocupada	2,12	2,78
Emprego Formal	5,84	4,41
Elasticidade-produto da Ocupação	0,42	0,77
Elasticidade-produto do emprego formal	1,16	1,22

Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010.

O crescimento econômico pode ser visto como principal determinante para o estabelecimento do nível de emprego na economia. Tudo mais constante, essas variáveis mantém uma correlação positiva, ou seja, um maior ritmo de crescimento tende a produzir níveis de emprego elevados, com promoção do emprego formal. Diante da análise da

⁷ Em 2010, a remuneração de um trabalhador da Construção Civil no Maranhão era, em média, 6,3% maior que a do trabalhador da Indústria de Transformação, embora o grau de formalização em ambos os setores fosse idêntico no Estado (31%). No plano nacional, o trabalhador da Construção Civil perfazia uma remuneração 16% menor do que a do trabalhador da Indústria de Transformação, naquele mesmo ano.

⁸ Considerou-se como emprego formal nos Censos 2000 e 2010, para efeito de cálculo da elasticidade, o empregado com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e os empregadores.

elasticidade-produto do emprego formal, pode-se avaliar com maior atenção a sensibilidade deste tipo de emprego às variações da produção (ou PIB).

A **Tabela 11** indica a sensibilidade do emprego formal por setor de atividade econômica, no período 2002 a 2010, no Maranhão e no Brasil, por meio do cálculo da elasticidade-valor adicionado do emprego formal⁹. Este indicador permite uma visão acurada da variação do emprego formal diante do desempenho setorial e foi calculado com base nos dados do emprego formal, disponibilizados pela RAIS e do valor adicionado, disponibilizados pelo IBGE.

Tabela 11. MARANHÃO E BRASIL: elasticidade-valor adicionado do emprego formal, por setor de atividade econômica de 2002 a 2010.

Setores de Atividade	MARANHÃO	BRASIL
	Elasticidade-VA do emprego formal	Elasticidade-VA do emprego formal
Agropecuária	1,57	0,83
Extrativa Mineral	0,34	0,48
Indústria de Transformação	-2,76	0,94
Construção	2,14	1,52
SIUP	0,16	0,57
Comércio	1,00	0,80
Administração Pública	0,76	0,52
Serviços	1,34	1,09

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

No caso do Estado do Maranhão, entre 2002 e 2010, os melhores desempenhos setoriais foram os da Construção Civil, Agropecuária e Serviços, que registraram elasticidade superior a um, ou seja, a expansão do emprego formal nestes setores foi maior do que a variação do valor adicionado por eles ao PIB maranhense. O *Comércio*, com *elasticidade-VA do emprego formal* unitária (igual a um), teve desempenho satisfatório. Registra-se que esses quatro setores obtiveram elasticidade superior ao verificado no plano nacional, indicando uma forte sensibilidade do emprego formal nesses setores ao crescimento do valor adicionado, o que não deixa de ser um fato positivo.

No Estado, a *Indústria de transformação* foi um caso a parte. No subperíodo 2002 a 2008, o setor registrou crescimento médio de 5,5% ao ano no valor adicionado e expansão média de 8,9% ao ano, no emprego formal. A *elasticidade-VA do emprego formal* para a indústria de transformação maranhense foi igual a 1,61 nesse subperíodo, indicando

⁹ A elasticidade-VA do emprego formal indica a variação percentual do emprego formal por setor de atividade econômica em resposta a uma unidade percentual de variação no valor adicionado por aquele setor ao PIB. Matematicamente, consiste no quociente da variação percentual do emprego formal pela variação percentual do valor adicionado.

desempenho positivo. A crise internacional que eclodiu em 2008 fez com que o valor adicionado pela indústria maranhense recuasse por três anos consecutivos (incluindo 2009 e 2010), resultando num valor em 2010 menor que o de 2002, em termos reais. Dessa maneira, o indicador de elasticidade, quando calculado no período 2002-2010, refletiu esse recuo, sendo negativo, o que no final das contas é um aspecto positivo, pois indica que apesar dos problemas, o emprego formal na indústria maranhense avançou.

Os desempenhos mais fracos foram no setor da *Indústria extrativa mineral* e do *SIUP* (Serviços Industriais de Utilidade Pública), que registraram *elasticidade-VA do emprego formal* inferior a um. No primeiro caso, o valor adicionado registrou crescimento de 40,1% ao ano durante o período 2002-2010 (a fase do *boom* das exportações de *commodities* minerais), enquanto que a expansão no nível de emprego formal foi de 13,7% ao ano. Não foi à toa, o setor que teve maior variação na remuneração média paga ao trabalhador (ver **Tabela 9**). A baixa *elasticidade-VA do emprego formal* (0,34), neste caso, reflete a alta produtividade do emprego no setor.

Na **Tabela 12**, podem-se observar os resultados do cálculo da *elasticidade-VA da ocupação* desagregada por setores de atividade econômica, que engloba todas as modalidades de inserção laboral, além dos vínculos formais. Torna-se importante ressaltar que, neste caso, a fonte dos dados são os Censos 2000 e 2010, que fornecem a população ocupada por seções de atividade.

Tabela 12. MARANHÃO E BRASIL: elasticidade-valor adicionado da ocupação, por setor de atividade econômica de 2000 a 2010.

Setores de Atividade	Elasticidade-VA da ocupação	
	MARANHÃO	BRASIL
Agropecuária	-0,17	0,02
Indústria de Transformação	0,05	0,37
Construção	1,18	0,64
SIUP	0,72	2,15
Comércio	0,54	0,46
Administração Pública	0,47	0,49
Serviços	0,80	0,68

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Constata-se que a *elasticidade-VA da ocupação* é significativamente inferior à *elasticidade-VA do emprego formal* para os diversos setores (à exceção do SIUP)¹⁰. Como

¹⁰ Cabe um pormenor sobre a elasticidade-VA da ocupação positiva para a *Indústria de transformação* maranhense. Neste caso, no período 2000 a 2010, a população ocupada nesse setor decresceu, acompanhando o recuo no valor adicionado em termos reais. Como visto anteriormente, o emprego formal cresceu nesse setor, resultando na elasticidade-VA do emprego formal negativa.

o emprego formal avançou no Maranhão em ritmo superior à média nacional, pode-se inferir que um número crescente de trabalhadores maranhenses ingressou na última década no segmento mais dinâmico do mercado de trabalho, caracterizado por uma média mais elevada de remunerações e pelos benefícios da proteção do Estatuto do trabalho

4. CONCLUSÕES

De maneira geral, o mercado de trabalho maranhense registrou um processo de avanço em sua estruturação na última década. Como foi observado, o emprego assalariado e regulamentado no Maranhão assumiu uma importância bem maior ao fim da década de 2000, acompanhando com maior velocidade, aliás, a tendência nacional. As diferenças na taxa de informalidade nas relações de trabalho entre o Maranhão e a média nacional permaneciam elevadas ao final da década, entretanto, já que três em cada cinco trabalhadores maranhenses estavam nesta situação, enquanto que no plano nacional eram dois em cada cinco.

É evidente que o crescimento do emprego formal foi beneficiado pela aceleração no ritmo de crescimento econômico, tanto no plano nacional como no estadual. Isto possibilitou a inserção em maior escala de parcela da população economicamente ativa que estava inserida precariamente no mercado de trabalho, seja em ocupações não remuneradas, sem carteira assinada ou simplesmente sem ocupação.

No caso maranhense, entretanto, verificou-se que junto ao crescimento do emprego formal, o emprego sem carteira assinada também elevou sua participação no todo, ampliando seu peso no setor agropecuário e nas atividades que compreendem os serviços domésticos. Esse fato pode ser entendido como positivo, uma vez que reforça a tendência de assalariamento da força de trabalho maranhense, que a médio e longo prazo, combinado a fatores institucionais, poderá se converter em trabalho regulamentado.

Em relação aos rendimentos do emprego formal, um dos indicadores que podem confirmar o processo de estruturação, observou-se um lento movimento de convergência em relação à média nacional, com maior amplitude nos setores da *Construção civil*, *Comércio e Serviços*, porém menor na *Indústria de transformação*.

No que tange à questão do gênero, a participação das mulheres no mercado de trabalho maranhense se ampliou e reduziu-se o *gap* salarial entre os gêneros, embora ainda perdurem níveis mais elevados de desigualdades em comparação à média do país.

Ressalta-se que a ampliação do diferencial de escolaridade entre as mulheres e homens pode ser considerada como uma das principais razões para os resultados observados.

O grau da escolaridade médio da população ocupada no Maranhão registrou significativos avanços na última década, convergindo para a média nacional. Observa-se, entretanto, um dramático contraste no que se refere ao grau de escolaridade dos empregados formais em contraposição ao grau de escolaridade da população ocupada, o que se constitui em um incômodo indicador de exclusão social.

A participação dos trabalhadores *por conta própria* no total de ocupados no Maranhão alcançava 35,7% no início do período estudado, reduzindo-se para 27,4% ao fim da década, em rápido movimento de convergência em relação à média nacional. A significativa redução na participação dos trabalhadores por conta própria no total da ocupação reflete a rápida redução do número de pequenas propriedades rurais no Estado, o principal fator explicativo do vertiginoso processo de urbanização no Estado. No Maranhão, na década recente, a expressiva redução das ocupações agrícolas impôs uma pressão adicional sobre o emprego urbano. Essa pressão deverá continuar nos próximos anos, visto que ainda permanece um grande contingente de trabalhadores nas áreas rurais.

No que tange à composição setorial da ocupação, revelou-se ao final da última década uma baixa participação da *Indústria de transformação* e reduzida diversificação do setor de *Serviços vis a vis* o plano nacional – características de uma estrutura produtiva especializada na produção de *commodities* agrícolas e minerais, com baixa agregação de valor e orientada para as exportações. O pequeno encadeamento para frente e para trás dessas atividades na estrutura produtiva maranhense se traduz em escassa capacidade de crescimento endógeno e, por conseguinte, em maior vulnerabilidade aos ciclos externos.

Essa constatação se traduz em um grande desafio: como evitar que a redução no ritmo do crescimento do mercado mundial de *commodities*, aliada ao esgotamento dos fatores expansivos internos (transferências federais e expansão do crédito) ameacem o processo de estruturação em curso no mercado de trabalho maranhense?

Em uma conjuntura externa desfavorável, será preciso criar condições para o crescimento sustentado da Indústria de transformação, exatamente aquela com maior poder de geração de empregos e de adensamento das cadeias produtivas. O modelo de crescimento da economia maranhense, vulnerável ao ciclo internacional, deve ser reavaliado a fim de priorizar atividades que tenham maior produtividade ocupacional, fiscal e inovativa. Essa reavaliação demanda uma combinação de esforços dos atores-

chaves do setor público e do setor privado. Demanda também políticas, programas e projetos de longo prazo, capazes de se sustentarem para além dos horizontes políticos eleitorais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P; MATTOSO, J. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol.18, n.1, p.13-40, 1997.

_____. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira.** Disponível em: http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No_9_portuguese.pdf. Acesso em: 11 ago 2013

CARDOSO JÚNIOR, J.C. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90.** Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Texto para discussão, 85).

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: trabalho e rendimento. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Trabalho_e_Rendimento/censo_trabalho_e_rendimento.pdf Acesso em: 12 set 2013.

HOLANDA, F. M. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos.** São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 4).

_____. **Inserção externa, liberalização e estabilização: a experiência de liberalização comercial no Brasil na década de 1990.** Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Campinas, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos – conceitos.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/indicadores_minimos/conceitos_shtm Acesso em: 15 set 2013.

NASCIMENTO, P. A. M. M. et al. **O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas.** (Nota Técnica IPEA, n. 51).

NERI, M.C. **Crônica de uma crise anunciada: choques externos e a nova classe média brasileira.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/crise> Acesso em 05 mai 2013.

POCHMANN, M. **Mercado de trabalho: o que há de novo no Brasil?** *In: Parcerias Estratégicas*, n. 22, jun 2006.

_____. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTUGAL JR., J. G. **Crescimento acelerado e absorção de força de trabalho no Brasil.** Dissertação (Mestrado) – IE-UNICAMP, Campinas, 1988.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, 1255).